

O marimbondo azul

GERALDO FORBES

Em Washington, passou-se um novo episódio da mais longa de todas as novelas brasileiras. "O Direito de Crescer" ou "Dívida de Sangue" são dois títulos possíveis, conforme o engajamento do espectador, para a infundável e tragicômica ópera dos 100 bilhões de dólares.

Fato é que, quatro anos depois de seu início, o dramalhão continua longe de seu fim. Os atores principais - banqueiros estrangeiros e ministros brasileiros - parecem gostar da lentidão com que se desenvolvem os capítulos. Atitude esta, aliás, compreensível e inteligente da parte dos credores, que só têm a ganhar com a manutenção do status quo. O que, sendo óbvio, torna mais incompreensível e estúpida a demora dos que reversamente só têm a perder: nós.

Medida melhor da gravidade dos danos causados pela gigantesca dívida e por nossa inação é verificada em alguns dados singelos. Nestes quatro anos de minuetos retóricos, remetemos, de nossa depauperada economia, mais de 40 bilhões de dólares para o Exterior. Em linguagem de gente, isto equivale a 200 rodovias dos Trabalhadores, 5 Itaipus ou 40 usinas médias; 10 usinas siderúrgicas de porte ou 10 milhões de casas populares; 20 bilhões de quilos de carne de primeira ou 80 bilhões de quilos de arroz ou dúzias de ovos!

O pior é que tudo isto virou fumaça. Estamos hoje exatamente no mesmo lugar aonde nos encontrávamos em 1982, e, pior, sujeitos a pressões cada vez maiores por via do estrangulamento das importações dos bens de capital, de que necessitamos para reequipar a nossa indústria.

O presidente Sarney não quer nem saber. Parco de luzes, não alcança todas as implicações de sua política taca-nha e eleitoreira. A ele só interessa vencer em novembro e conquistar, através de grandes bancadas governistas provenientes das regiões mais atrasadas e incultas, uma dócil maioria no próximo Parlamento. A ele só interessa a proteção de um mandato que, de direito moral, nem lhe pertence.

Por isto, mantém a questão de dívida em suspenso. Sem coragem ou com-

petência para solucioná-la, utiliza a retórica demagógica da soberania nacional e o problema adjetivo da auditoria do FMI para elidir o problema substantivo e iludir o povo com uma cantilena patrioteira. E tome de se perder tempo e de se perder dinheiro.

A virtual quebra da Siderbrás, a descapitalização da Eletrobrás e o racionalamento futuro, a desarrumação e obsoleto do aparelho produtivo, não contam. Conta só a maioria governista na Constituinte fraudulenta que vem aí. Já se avisou inclusive que depois das eleições a conversa vai ser outra, mas até lá, a Nação que pague a conta.

Este contexto de supremacia dos interesses grupais imediatistas e expensas dos verdadeiros interesses nacionais explica a levandade com que continua a ser tratada a dívida externa. Para o público basbaque, uma sucessão de tiradas de efeito superficial. O FMI e o banqueiro são as Malvinas do dr. Sarney. Servem otimamente para bravatas e besteiras, neste período de eleições.

Na verdade, enquanto isto, na surdina, prepara-se a rendição do acordo plurianual. Dois ou três funcionários, sem prestar contas a ninguém, estão planejando o basbaque inicial para enganar o País em um acordo que pode atingir, entre capital e juros, uma cifra maior do que 100 bilhões de dólares. Um número várias vezes superior ao orçamento da União, o qual por muitos anos, estará necessariamente subjugado e restringido pela realidade maior do tal acordo.

E isto, uma coisa tão importante, de tão decisiva influência no futuro de nossa economia, é tratado desta forma, à revelia do povo, à revelia do Congresso, à revelia da Nação. Encaminhada clandestinamente por um presidente desprovido de representação para tanto, e de competência para muitíssimo menos.

Mas assim, discricionariamente, é que continua a se governar no país do marimbondo-tatu, inseto da mesma cor da mosca presidencial.

Sua ferroada de fogo aparentemente embriaga e transporta o mordido em devaneios de poder e grandeza, mas dói mesmo é nos pobres brasileiros que têm de agüentar as suas evoluções.

Tão tontas. Tão nefastas.

ESTADO DE SAO PAULO

5 OUT 1986